

QUESTÕES DE GÊNERO NA DOCÊNCIA: RELAÇÃO ENTRE CRENÇAS RELIGIOSAS E PERCEPÇÃO DE GÊNERO

Ana Julia Candida Ferreira

*Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de Mato Grosso. Bolsista
PIBIC/UFMT.*

anajuliacandidaferreira@gmail.com

Gislayne Cristina Figueiredo

*Professora da Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso e do
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso.*

gislaynecf@hotmail.com

*Simpósio Temático nº 21 – GÊNERO, RAÇA, ETNIA, SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO
DOCENTE*

RESUMO

Um dos aspectos das religiões é que estas são dotadas de compreensões estruturais de gênero, além de terem uma importância significativa para a constituição identitária. Recentemente, pode-se perceber a violência de muitos discursos religiosos que retornam nas mais profundas esferas da vida pública, do espaço legislativo à educação. Nesse cenário, a universidade, enquanto instituição, (re)produz diferenças e desigualdades no que tange aos currículos, às normas, às teorias, e também (re)produz concepções de gênero invisibilizantes. O objetivo desta pesquisa foi investigar como as crenças religiosas influenciam a construção do pensamento dos docentes universitários sobre a questão de gênero. A pesquisa, de caráter exploratório, utilizou um questionário online como instrumento de coleta de dados. Contou com 101 respondentes, em que 54 se identificaram com o gênero masculino, 51 indicaram possuir pós-doutorado, e 92 lecionam em universidades públicas. A análise de dados, que está em fase preliminar, teve caráter misto, com uma análise de conteúdo do tipo categorial, seguida pela análise temática. A maioria dos participantes se declarou sem religião (55), e apenas 27 indicaram receber alguma orientação profissional sobre como lidar com questões de identidade de gênero. Percebe-se que embora a maioria dos docentes reconheça as relações de poder e estruturais associadas ao conceito de gênero e que entendam tal conceito como sendo implicado de diversos fatores para além do biológico, a não abordagem dessa temática no cotidiano da docência salienta a importância de uma formação ético-política e continuada dos professores no que tange às temáticas de gênero e sexualidade, bem como suas imbricações com os valores religiosos.

Palavras-chave: Religião, Concepções de gênero, Docência.

ABSTRACT

One of the aspects of religions is that they are endowed with structural understandings of gender, as well as having significant importance for identity constitution. Recently, one can perceive the violence of many religious discourses that return in the most profuse spheres of public life, from the legislative space to education. In this scenario, the university, as an institution, (re)produces differences and inequalities regarding curricula, norms, theories, and also (re)produces invisibilizing conceptions of gender. The objective of this research was to investigate how religious beliefs influence the construction of university professors' thoughts about gender. The research, of exploratory nature, used an online questionnaire as a data collection instrument. It had 101 respondents, in which 54 identified with the biological male gender, 51 indicated they had postdoctoral degrees, and 92 teach in public universities. The data analysis, which is in its preliminary stage, had a mixed character, with a categorical content analysis, followed by a thematic analysis. Most of the participants declared themselves without religion (55), and only 27 indicated they received some professional guidance on how to deal with gender identity issues. It is noticed that although most professors recognize the power and structural relations associated with the concept of gender and that they understand this concept as being implied by several factors beyond the biological, the failure to address this theme in the daily life of teaching emphasizes the importance of an ethical-political and continuing education of teachers with regard to the themes of gender and sexuality, as well as their imbrications with religious values.

Keywords: Religion, Gender perceptions, Teaching.

INTRODUÇÃO

Dentre os mais diversos saberes e crenças do docente, a religião costuma ser um elemento importante a ser considerado. A religião orienta condutas, escolhas, práticas – inclusive persecutórias a pessoas de fé dessemelhantes - e percepções sobre diversos aspectos da realidade (VALENTE, 2015; MAK, 2014). É sabido que, mesmo com o advento da laicidade nas universidades, efetivar uma dissociação entre a prática cotidiana e as crenças que embasam a visão de mundo do professor é muito difícil, fazendo com que essas emergem no seu local de trabalho.

Para McGrath (2020), a partir de uma perspectiva cristã, a religião é definida enquanto uma relação espiritual entre Deus e o Homem, mediada pela figura e sacrifício de Jesus Cristo. Para diversos representantes de igrejas cristãs, sobretudo protestantes, a Bíblia é tida como regra de fé e prática, sendo tanto um documento histórico quanto um livro que oferece uma chave de compreensão da realidade, não sendo exclusivamente suficiente para entender todos os campos dos saberes, mas oferecendo diversos insights importantíssimos sobre a vida, a natureza, as relações interpessoais, sobre questões

ontológicas e metafísicas (MCGRATH, 2020). Assinala-se que nas sociedades capitalistas ocidentais, apesar de todas as nuances, a prática religiosa hegemônica baseia-se numa visão de mundo e nos valores judaico-cristãos – o que por sua vez influencia os valores socialmente vigentes e que atravessam o cotidiano e as relações sociais.

Segundo Butler (2015), as religiões são dotadas de determinadas compreensões estruturais de gênero. Dentre as denominações cristãs, há diversas formas de lidar com a questão de gênero, que compreendem tanto uma dimensão cognitiva quanto uma prática. Essas compreensões prescrevem comportamentos tidos como normais e maneiras de significar os comportamentos ditos anormais, incluindo como lidar com pessoas que não se identificam exclusivamente com o gênero masculino ou feminino.

No que tange ao conceito de gênero, é importante assinalar que as diferenças entre homens e mulheres não podem ser meramente descritas em termo biológicos, sendo mais adequadamente compreendidas sob a análise do conceito de “gênero”, que leva em consideração a forma como o social confere diferentes sentidos ao feminino e ao masculino (STREY, 1999). Nessa esteira de pensamento, Guerra e Gouveia (2007) sublinham a relevância de características individuais comportamentais, de papéis sociais e o próprio entendimento de si para construção de gênero.

Gênero é o dispositivo que permite identificar os indivíduos no espectro de masculinidade e feminilidade, em suas mais diversas possibilidades (FRANÇA; CALSA, 2011). Diz respeito as relações de poder construídas, entre homens e mulheres, pela cultura, política, costumes e religião. A identidade de gênero é então formada psicosssexualmente a partir de valores assimilados de forma consciente e inconsciente pelo sujeito (SCOTT, 1995). Gênero é fruto de uma construção histórica e social, imbuída de relações de poder, interesses e negociações individuais e entre grupos (LOURO, 2007).

Recentemente, pode-se perceber a violência de muitos discursos religiosos que retornam nas mais profundas esferas da vida pública, do espaço legislativo à educação. Muitos argumentos infundados passam a operar nessas instâncias (MACHADO, 2013). Nesse cenário, a universidade, enquanto instituição, produz diferenças e desigualdades no que tange aos currículos, às normas, às teorias, e também produz distinções de gênero, podendo invisibilizar os sujeitos que divergem da norma sexual vigente e hegemônica em nossa sociedade (LOURO, 2007).

Em uma pesquisa em ambiente universitário com graduandas do curso de pedagogia de uma instituição de ensino superior, Costa e Ribeiro (2011) identificaram

que as falas sobre gênero e sexualidade das discentes entrevistadas ainda eram muito permeadas de distinções essencialistas e biológicas, mesmo estando elas em processo de formação na universidade – que, em tese, se constitui no *locus* de aperfeiçoamento e formação crítica dos que nela adentram (PIMENTA; ANASTASIOU, 2010).

Deste modo, este trabalho tem como hipótese que as crenças religiosas influem na forma como os docentes encaram e percebem as expressões de gênero e sexualidade, de tal maneira que estas últimas são baseadas mais em estereótipos e estigmas do que em argumentos fundamentados em conhecimentos científicos e técnicos produzidos por membros da comunidade.

Quanto à metodologia, a pesquisa contou com 101 respondentes, com idades variando entre 28 e 73 anos, dentre os quais 54 se identificaram com o gênero masculino. 51 participantes indicaram possuir pós-doutorado, sendo que do total, 92 lecionam em universidades públicas federais ou estaduais.

A pesquisa tem caráter exploratório e utilizou o método de questionário. Optou-se pela técnica de questionário por possuir uma linguagem e execução mais simples além de que, como pode ser veiculado por meio do *Google Forms*, é uma das alternativas mais viáveis tendo em vista o contexto da pandemia. Esse método de coleta de dados além de que dar mais liberdade para o professor responder no momento mais cômodo para ele – podendo desenvolver suas respostas o quanto desejar –, permite que professores de diferentes universidades possam responder à pesquisa. Dentre o material a ser respondido esteve: o questionário sociodemográfico; questionário com perguntas abertas sobre concepções de gênero e sexualidade; questionário com perguntas abertas sobre religião; e questionário com perguntas fechadas visando investigar as percepções dos docentes sobre os todos os temas inter-relacionados. As perguntas do referido questionário foram desenvolvidas pela primeira autora.

Quanto à análise de dados, tendo em vista a abordagem mista (qualitativa e quantitativa) da pesquisa, a análise interpretativa qualitativa dos dados coletados utilizou a análise de conteúdo do tipo categorial, seguida pela análise temática, sendo realizadas análises prévias, exploração do material e tratamento dos resultados (BARDIN, 2010). Ademais, investigou-se com qual frequência algumas palavras aparecem no conteúdo das respostas dos docentes participantes, tendo sido utilizado o *software* livre de código aberto *Voyant Tools* (ROCKWELL; SINCLAIR, 2016). Essa ferramenta permite analisar *corpus* textuais disponibilizando funções como: frequenciador, cálculo de correlações,

representações gráficas e afins. Por meio desta ferramenta, conduziu-se uma análise de corpus textual. Os *corpora* foram elaborados com base nos dados coletados, sendo que foram criados arquivos de documentos excel, (formato “xsl”), já com algumas das categorias de análise, a saber: concepção social de feminilidade; e concepção social de masculinidade, formando 2 arquivos. Usou-se o *Voyant* para analisar a frequência das palavras que os respondentes utilizaram para associar às categorias.

Quanto à execução, inicialmente foi realizado o contato com possíveis participantes e enviado o link para o questionário junto ao termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Dentre os critérios de inclusão estiveram: ser professor de uma Instituição de Ensino Superior brasileira; lecionar disciplinas relacionadas aos cursos de psicologia, educação, matemática, biologia ou química, ou estar vinculado a um departamento congênere; preencher o TCLE indicando a permissão da coleta de dados e participação na pesquisa. Já os critérios de exclusão foram: não responder às questões do questionário de forma relacionada às perguntas apresentadas ou não assinar o TCLE.

Após realização da revisão bibliográfica e construção do questionário, deu-se início à coleta no mês de janeiro 2021, pela metodologia “bola-de-neve”. O questionário ficou aberto para receber respostas até o final de fevereiro de 2021.

DESENVOLVIMENTO

É importante salientar que as perguntas foram abertas para que os respondentes pudessem ter mais liberdade de expressar suas crenças, concepções e posições teórico-práticas. Algumas perguntas foram colocadas, propositadamente, de um modo mais amplo, para tentar compreender justamente o que os docentes associam quando determinado conceito lhes é mencionado.

Dos 101 respondentes, a maioria se declarou sem religião (55), seguido de católicos (18), espíritas (12), evangélicos/protestantes (10) e outras religiões (incluindo de origem africanas, orientais e afins) (6). Na questão sobre a importância da religião para lidar com estresse na vida, 31 consideraram ela “muito importante”, 21 “relativamente importante”, 18 “importante” (totalizando 70,7% de respondentes que consideram a religião um fator importante), 11 “um pouco importante”, e 29 “não importante”. Na questão sobre a importância pessoal da religião para os próprios respondentes, 23

consideraram ela “muito importante”, 20 “relativamente importante”, 20 “importante” (totalizando 63,6%), 9 “um pouco importante”, e 29 “não importante”.

A sutil diferença entre as porcentagens de ambas as perguntas no que tange à importância da religião para lidar com fatores estressantes da vida (em um nível pessoal ou não) e em um nível exclusivamente pessoal pode ser devido ao entendimento comum e popular da importância da dimensão espiritual ao lidar-se com fatores estressantes da vida como doenças, perdas, períodos emocionalmente carregados de tristeza, angústia, ou algo similar.

No que tange à relação entre espaço acadêmico e universidade, dentre todos os que responderam à pesquisa, 53 disseram que consideram que a universidade não se constitui, de forma prática, enquanto um espaço aberto para que discentes e docentes possam pensar, repensar e discutir religião de modo salutar e aberto. É interessante pontuar que os docentes, nessa pergunta, oscilaram entre responder sobre a condição atual e ideal da universidade. Atualmente, segundo eles, há, em tese, um espaço aberto para o diálogo crítico e construtivo do tema, mas que a prática se mostra como um local mais hostil e que busca prezar por uma aparente “neutralidade” discursiva e teórica.

54 docentes assinalaram que já lidaram em sala de aula com questões relacionadas a religião (discussões, debates, dúvidas ou similares). 45 docentes assinalaram que consideram que a religião deveria ter algum lugar ou relevância na forma como os indivíduos discutem e percebem gênero e sexualidade. Quando requisitado que avaliassem o posicionamento de sua comunidade religiosa ou das crenças das religiões dominantes no contexto brasileiro (no caso de ateus e agnósticos), as avaliações sobre sua comunidade religiosa indicaram que esta está: preocupada com a mulher na família e na sociedade (46); abrindo mais espaço para a participação da mulher (40); acolhe a mulher com problemas (37); dá conforto e consolo nos momentos difíceis (36); oferece apoio através de grupos e atividades (34); deve escutar mais as mulheres em assuntos de casamento, sexualidade, família (33); orienta para viver na atualidade (28); distante das questões que as mulheres enfrentam (28); orienta moralmente diante de questões éticas e religiosas/espirituais (28); está motivando mais a mulher a participar (27); cria culpa (muitas proibições, tudo é pecado) (26); desconsidera a opinião da mulher sobre sua corporeidade e sexualidade (25); reprime, domina (20); tenta aproximar-se das mulheres

(18); orientações idealistas, longe da realidade (15); afasta a mulher com problemas (10); tentam gerir assuntos que devem ser decididos pelo casal ou pela mulher (9).

Quanto à temática de gênero, são prolíferos os temas que surgiram. Grande parte das respostas não distinguiu este conceito do de sexualidade, ou usaram o conceito de sexualidade como base para a construção da concepção de gênero. Em algumas respostas, como as categorias "gênero" e "orientação sexual" foram tidas como sinônimos, alguns professores somente indicavam que já haviam respondido à questão anteriormente, quando, na verdade, tinham se referido a outro termo.

d.15: “ (...) Mas eu definiria 3 tipos de gêneros. Aquele que se atrai pelo sexo oposto, aquele que se atrai pelo mesmo sexo ou aquele que se atrai por ambos os sexos. Ou seja estou considerando gênero com a maneira com que o indivíduo se relaciona sexualmente, e não pela maneira dessa pessoa se comportar, falar, vestir, etc.”

Outra forma de relacionar a concepção de sexualidade à de gênero se dá pelo fato de que, ao nascer, o indivíduo do sexo masculino, por exemplo, também receberá uma série de expectativas e protocolos a cumprir que são geralmente associados ao seu sexo. Por exemplo, uma definição do gênero "masculino" que poderia ser bem-aceita é a proposta por um docente que diz:

d.79: "biologicamente macho, autoritativo, com força física acima da média dentre todos os humanos adultos, que não vista saias e vestidos, com cabelo curto." Por esta definição, alguém que tenha cabelos compridos, mas satisfaça aos outros pontos ainda é bastante "masculino", e poderia ser classificado como tal.”

Quando não relacionada à sexualidade, os respondentes relacionaram gênero ao estudo sobre as características e diferenças entre homens e mulheres. Socialmente há uma classificação dos indivíduos entre gênero feminino e masculino de modo exclusivo, ao passo que concepções mais recentes indicam uma possibilidade maior de fluidez, em que uma pessoa pode transitar por todas as possíveis expressões dos gêneros feminino e masculino; não se identificar com nenhum; ou se identificar com o gênero oposto ao que corresponde ao seu sexo designado, como proposição de uma desconstrução do conceito de gênero baseado em uma realidade estritamente binária (BUTLER, 2015).

Ao contrário da sexualidade que teria um aspecto inicialmente biológico, o conceito de gênero apareceu como essencialmente cultural, social e também individual, sendo uma expressão pessoal do indivíduo em relação às expectativas sociais para seu

corpo sexuado. Dito de outro modo, enquanto a sexualidade diz das potências afetivas, das relações, daqueles por quem o sujeito se sente atraído, mas também relacionado ao sexo biológico com o qual a pessoa nasce e a partir de qual se constitui e, posteriormente, como direcionará as potências relacionadas a ele em seus relacionamentos afetivos e sexuais; o gênero diz respeito aos papéis sociais e àquilo que socialmente é colocado como pertencente às mulheres ou homens.

Em uma das questões, foi perguntada quais as concepções sociais mais relacionadas aos gêneros feminino e masculino, isto é, quais conceitos são socialmente percebidos e aceitos como relacionados à feminilidade e masculinidade. Para tal análise, utilizou-se o programa *Voyant* para realizar a contagem de palavras que mais se repetiam nas respostas. Dentre as concepções percebidas como socialmente associadas ao conceito de feminilidade estiveram as seguintes palavras: Mãe (34); Submissa (25); Homem/esposa (10/9); Família/filhos (10/9); Independente (18); Bonita (14); Delicada/dócil/cuidadora (9/8/8). É interessante perceber que além dos adjetivos comumente associado às mulheres, que são aquelas que valorizam: cuidado, traços maternos, vinculado ao espaço doméstico e familiar, o adjetivo “independente” apareceu com frequência. É intrigante pensar como são conflitantes as percepções sociais sobre feminilidade, que associa à feminilidade tanto traços passivos como ativos de comportamento. Essa recente associação pode ter relação com o fato de as mulheres atualmente (após os adventos de revoluções feministas e as constantes pressões para que a mulher possa trabalhar e “não precisar depender de homem”), têm conseguido se inserirem mais no mercado de trabalho, possibilitando que elas ocupem outros lugares dentro da família e do trabalho. Sendo assim, as mulheres podem não ser mais associadas somente ao âmbito familiar e aos papéis de cuidadora da família e da casa e passam a ser vistas enquanto trabalhadoras e independentes – ainda que se conserve uma perspectiva destas como submissas e passivas.

Já dentre as concepções percebidas como socialmente associadas ao conceito de masculinidade estiveram as seguintes palavras: Forte (28); Provedor (28); Homem (21); Pai (15); Trabalhador (14); Machista (10); Ativo (9); Bem-sucedido (10); Protetor (7); Inteligente (7); Viril (7); Dominador (3); Agressivo (3); Assertivo (3).

Todas as concepções mencionadas se coadunam com o proposto por Rabello (2019) de que, no pensamento epistemológico binário popular, a masculinidade é associada com força, virilidade, dominação, provisão financeira, relacionada ao espaço

público e de produção de saber cultural, enquanto o feminino está associado a passividade, ao espaço privado, à fragilidade e dependência, às atividades de cuidado, sendo aos sujeitos femininos reservado a família e o espaço do lar.

Dessa maneira, as diferenças entre as concepções de gênero atribuídos aos homens e mulheres reflete nas perspectivas sociais e no rumo que a vida de ambos assume, com os homens possuindo maioria do poder decisório sobre as relações, sendo maior parte da força produtiva e de trabalho assalariado, enquanto as mulheres são, muitas vezes, excluídas dos espaços de trabalho ou inseridas nesses em uma posição subalterna, e por vezes ainda legadas exclusivamente ao ambiente doméstico. As mulheres que optam por outros rumos são as que possuem maior nível de escolaridade que os homens (PIZZINATO et al., 2015).

Com relação a religião, quando perguntados sobre suas próprias concepções sobre masculinidade e feminilidade, não houveram diferenças significativas nas respostas entre docentes sem religião e católicos, bem como não se identifica uma correlação estreita entre a opção religiosa e as concepções de gênero – o que pode apontar para uma reprodução acrítica dos valores socialmente vigentes em nossa sociedade, que se esteiam em uma concepção religiosa de base judaico-cristã. Nesse sentido, as respostas se aproximam daquelas presentes no senso comum: parte das respostas apontou para o fator volitivo e construcional, em que, por exemplo, o que constitui a feminilidade (o que faz alguém mulher) seria a "visão de si como mulher" (d.59 - sem religião) e "a sua própria autoidentificação" (d.10 - católico). No mesmo sentido, houveram respostas que apontaram para o aspecto essencialista e biológico de gênero, em que este seria sumariamente ou exclusivamente definido pela genitália e estrutura biológica, sendo definido "biologicamente [como] o conjunto cromossômico (XX), conjunto de órgãos do sistema reprodutor feminino, ovários, útero, vagina assim como a composição hormonal." (d.66 - católico), e "sem dúvida as características físicas fazem parte do que entendo por uma mulher, não tenho como negar. (...) A tendência maior ao cuidado com as pessoas." (d.40 - sem religião).

Um aspecto interessante foi que, no caso dos docentes evangélicos/protestantes, estes apresentaram uma visão significativamente diferente dos respondentes de outras religiões/sem religião, exibindo concepções pessoais mais integrativas sobre gênero, dando indicativos de que, para esse segmento, os valores religiosos influenciam de forma mais direta as concepções de gênero.

d.69: Isso é um conceito algo volátil e fortemente enraizado na cultura de um povo ou tempo. Por isso é difícil de definir. Essencialmente eu diria que são aquelas características que determinada cultura em um determinado tempo atribuem a quem consideram ser uma mulher. A presença de órgãos sexuais femininos possivelmente é o aspecto mais óbvio para essa definição, no entanto, isso não quer dizer que pessoas que perderam tais órgãos ou mudaram de sexo (de homem para mulher) não possam ser considerados mulheres. Também aspectos femininos podem aparecer em homens, na sua personalidade ou aparência. (evangélico/protestante).

d.89: Primeiro, ter nascido fêmea na espécie, delicadeza (sem inferiorizar-se), compreensão (com os outros e suas dores), suavidade no falar e no agir (sem fazer-se de boba), apresentar a força para cuidar e educar os seus filhos (se escolher tê-los). Entender que pode ser forte, sem necessariamente ser masculinizada, desempenhando o seu papel social, econômico e espiritual de forma consciente e bem estabelecida. (evangélico/protestante).

Isso condiz com o exame do estado da arte dos estudos sobre religião e diversidade sexual, os quais assinalam a presença de duas abordagens antagônicas que norteiam a maioria das produções sobre o tema, sendo que uma tendência visava a maior inclusão da diversidade sexual por meio das práticas religiosas, ao passo que a outra permanecia com certas resistências as políticas de diversidade sexual (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2018). No caso dos evangélicos/protestantes, haveria grupos religiosos de segmentos pentecostais que trazem uma dimensão mais espiritual para o entendimento da diversidade sexual, colocando a noção de guerra (e de certo e errado) de forma mais evidente, ao passo que outros teóricos visam compreender de modo teologicamente alinhado as implicações da diversidade sexual na prática religiosa, intentando o diálogo sadio e inclusivo (NATIVIDADE, 2008).

Em um estudo promovido em uma instituição de ensino fundamental, os professores participantes da pesquisa indicaram dificuldade em lidar com a questão de gênero e sexualidade dentro de sala de aula, uma vez que a perspectiva religiosa poderia impedir uma discussão mais objetiva e salutar, além de esbarrar nos próprios valores religiosos dos docentes em questão (FRANÇA; CALSA, 2011). Assinala-se que, de todos os respondentes, apenas 30 já lidaram com questões relacionadas à identidade de gênero (cisgênero, transgênero, gênero fluido e afins) dentro de sala de aula, mesmo que elas tenham emergido.

Louro (2007) exhibe argumentos em sua obra que sublinham a necessidade da execução de um trabalho de formação de professores quanto à educação sexual, haja vista a falta de capacitação dos docentes sobre o assunto. Nesse sentido, frisa-se a necessidade da formação docente ser guiada por um entendimento amplo de gênero, sexualidade e

religião, tratando essas instâncias como componentes ativos da vida dos sujeitos docentes (GESSER et al., 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade é um local privilegiado no que se refere ao diálogo aberto sobre questões sociais que envolvem o cotidiano dos indivíduos dentro e fora dela, detendo um potencial de transformação social, política e cultural. Teixeira (1998), ao tratar da reforma universitária, apontava a necessidade de interação direta, ativa, constante entre a universidade, e seus saberes produzidos, com a sociedade.

Em consonância com o pensamento de Fernandes e Oliveira (2019), acreditamos que a Universidade, enquanto instituição fundamental na formação dos jovens brasileiros, precisa oferecer um espaço de formação crítica, por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, formando jovens que saibam pensar, construir e reconstruir saberes, promovendo os direitos humanos tendo em vista o reconhecimento da diversidade e da diferença, visto que ainda há muito a avançar neste sentido.

Os dados trazidos por essa pesquisa indicam que muitos professores universitários ainda reproduzem uma visão das relações de gênero muito próximas das vigentes e hegemônicas em nossa sociedade, dando indícios de uma ausência de reflexão técnica e cientificamente embasada que possa subsidiar a sua atuação docente. Quanto à associação entre as questões de gênero e a orientação religiosa dos docentes, pode-se concluir que nossa discussão só evidencia a importância crescente da religião em nosso contexto atual e a necessidade de uma articulação transformativa e compreensiva das crenças religiosas no processo de formação e atuação docente, que entenda que a religião, além de produzir solidariedade e inclusão, é perpassada por tensões e ambivalências, relações políticas e de poder que influenciam o modo de pensar e lidar com as concepções de gênero (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2018).

Nesse sentido, é imprescindível debater estes temas ainda no processo de formação de docentes para entender como tem se dado suas relações com a diversidade humana em relação as crenças religiosas. É crucial que haja uma formação continuada ético-política dos professores no que tange às temáticas de gênero e sexualidade (GESSER, et al., 2012). Essa formação precisa munir os docentes de uma percepção crítica da construção histórica das desigualdades de gênero e sobre a heteronormatividade, para que sejam capazes de questionar percepções reducionistas

sobre a sexualidade e as expressões de gênero, não prescindindo de suas crenças religiosas, mas implicando-as no processo de modo transformativo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. (9ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. 2015. Trabalho original publicado em 1990.

COSTA, A. P.; RIBEIRO, P. R. M. Ser professora, ser mulher: um estudo sobre concepções de gênero e sexualidade para um grupo de alunas de pedagogia. **Revista Estudos Feministas [en linea]**. 2011, 19(2), 475-489. ISSN: 0104-026X. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38119942011>. Acesso em: 29 de nov. de 2021.

FERNANDES, M. C. S. G.; OLIVEIRA, J. F. Políticas de expansão e inclusão na educação superior: ações institucionais, prática docente e evasão de estudantes. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 2, p. 707-735, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss2articles/fernandes-oliveira.html>. Acesso em: 29 de nov. de 2021.

FRANÇA, F. F.; CALSA, G. C. Gênero e sexualidade na formação docente: desafios e possibilidades. **Revista Sociais e Humanas**, 2011, vol. 24, no 2, p. 111-120. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/2828>. Acesso em: 29 de nov. de 2021.

GESSER, M., OLTRAMARI, L. C., CORD, D., et al. Psicologia escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade. **Psicologia Escolar e Educacional**, 2012, vol. 16, no 2, p. 229-236. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141385572012000200005&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 29 de nov. de 2021.

GUERRA, V., GOUVEIA, V. Liberalismo / conservadorismo sexual: Proposta de uma medida multi-fatorial. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol. 20, n. 1, p. 43-53, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/L8sk5nwPwqgwsnngTmhWZsN/abstract-/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 29 de nov. de 2021.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, p. 201-218, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/5mdHWDNFqgDFQyh5hj5RbPD/?lang=pt>. Acesso em: 29 de nov. de 2021.

MACHADO, M. D. C. Discursos pentecostais em torno do aborto e da homossexualidade na sociedade brasileira. **Cultura y Religión**, Santiago, v. 7, n. 2, 2013. p. 48-68. Disponível em: <http://revistaculturayreligion.cl/index.php/revistaculturayreligion/article/view/387>. Acesso em: 29 de nov. de 2021.

MAK, D. **A presença da religião em ações docentes de uma escola pública de educação infantil.** Dissertação de Mestrado, PUCSP: EHPS, 2014

MCGRATH, A. **Fundamentos do diálogo entre ciência e religião.** Thomas Nelson Brasil, 2020.

NATIVIDADE, M. Uma homossexualidade santificada?: Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal. **Religião & Sociedade [online]**. 2010, v. 30, n. 2, pp. 90-121. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-85872010000200006>. Acesso em: 04 de dez. de 2021.

NATIVIDADE, M.; OLIVEIRA, L. **As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil.** Garamond, 2018.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. **Docência no Ensino Superior.** São Paulo: Cortêz, 2010

PIZZINATO, A. et al. Relações de gênero e ruralidade nos projetos vitais e noções de si de jovens mulheres. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 247-255, Dec. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1484>. Acesso em: 29 de nov. de 2021.

ROCKWELL, G.; SINCLAIR, S. **Hermeneutica: computer-assisted interpretation in the humanities.** MIT Press, 2016.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade.** Porto Alegre, v. 20, n. 2, Jul. 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em: 29 de nov. de 2021.

STREY, M. Gênero. In M. G. Jacques (Org.), **Psicologia Social Contemporânea** (p. 181-198). Petrópolis: Vozes, 1999.

TEIXEIRA, A. **Educação e Universidade.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1988.

VALENTE, G. A. **A presença oculta da religiosidade na prática docente.** Dissertação de Mestrado, FEUSP, 2015.